

INFORME DA 9ª REUNIÃO DO GTA – RH PARANÁ

A 9ª reunião do GTA – RH Paraná realizou-se em 08/09/2021 das 15:00 às 17:00, na plataforma Microsoft Teams.

Participaram os representantes de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul, além dos integrantes do GTI – RH Paraná, composto pelos representantes das unidades organizacionais da ANA: SRE, SOE, SPR, SFI, SGH e SAS. Excepcionalmente, foram convidados o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - SEE/MME e o Ministério de Infraestrutura – MInfra, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. A reunião foi coordenada pelo Superintendente de Regulação Patrick Thomas e pelo Diretor Joaquim Gondim.

Após a abertura feita pela ANA, foi dada a palavra ao representante do ONS, que atualizou as informações sobre as condições hidroenergéticas do SIN, com destaque para a bacia do Paraná e os estudos de cenarização.

O ONS informou que seguem sendo observados valores abaixo da média de longo termo - MLT para a Energia Natural Afluente – ENA nos quatro subsistemas do Sistema Interligado Nacional – SIN, que registra 66% da MLT, considerando o período de agosto de 2020 a setembro de 2021, configurando o pior valor do histórico.

A Energia Armazenada – EAR apresenta-se abaixo dos valores observados em 2019 e 2020 nos Subsistema Sudeste/Centro-Oeste e Sul; entre esses anos, no Nordeste, e acima deles, no Norte. Considerando o conjunto do SIN, a EAR atual é menor que a de 2019 e de 2020. O ONS destacou que o armazenamento equivalente na bacia do rio Paraná é o pior do histórico.

Sobre as UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos, o ONS explicou que a operação de pulsos para possibilitar a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná foi finalizada e que o último comboio passou em 26/8. A partir de então, observa-se um aumento das vazões das UHEs Jupiá e Porto Primavera decorrente das maiores defluências praticadas na UHE Ilha Solteira.

Sobre as determinações da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, o ONS apontou:

- operação da UHE Três Marias com defluências médias mensais máximas de 650 m³/s de setembro a novembro deste ano;
- operação de Sobradinho e Xingó com defluências médias mensais máximas de 1500 m³/s, em setembro, e 2500 m³/s, em outubro e novembro deste ano;
- a possibilidade de operar Sobradinho e Xingó nas condições acima relatadas até que Sobradinho alcance 15% de seu volume útil;
- a possibilidade de que os agentes operem os reservatórios até o limite físico de exploração energética, mediante a flexibilização de regras operativas, resguardando os usos prioritários da água previstos em lei. Para isso, o ONS informou que irá solicitar que os agentes oficializem os limites mínimos de operação.

A ANA destacou que esse limite físico para a exploração hidrelétrica pode ser diferente daqueles estabelecidos nas outorgas para uso de recursos hídricos emitidas pela Agência. Além disso, chamou atenção para possíveis ocorrências de impactos, de quantidade e de qualidade da água, nos demais usos em decorrência de níveis muito baixos. A ANA ressaltou, ainda, a necessidade

de que os agentes tenham um levantamento dos possíveis impactos e promovam medidas para mitigá-los.

O MME relatou que, além das determinações da CREG apresentadas pelo ONS, foram emitidas resoluções para a gestão da demanda energética:

- Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021: institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do SIN; e
- Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021: determina à ANEEL que implemente patamar específico das Bandeiras Tarifárias denominado Bandeira Escassez Hídrica.

Novamente, a ANA destacou a importância de que o setor elétrico apresente as projeções de evolução do armazenamento dos reservatórios para 2022. A esse respeito, o MME explicou que tais estudos estavam em desenvolvimento.

O MInfra comentou sobre a finalização da operação de pulsos na Hidrovia Tietê-Paraná, tendo o último comboio passado em 26 de agosto. Sobre as obras de derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, explicou que estão em fase de aprovação dos projetos, com possibilidade de ocorrência de licitação ainda neste ano, e que a previsão de conclusão é outubro de 2024.

A ANA informou que é necessário compatibilizar o cronograma das fases da obra e as necessidades de diferentes níveis d'água para a execução do derrocamento com o plano de recuperação dos reservatórios.

Os destaques na manifestação dos estados são:

- GO: agravamento da situação na bacia do alto Meia Ponte, com a necessidade de reduzir a vazão de captação para o abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia (1.300.000 habitantes). A companhia de abastecimento já está dando início à campanha de conscientização da população para a redução do consumo de água. Também, houve o aumento da restrição de uso da água para os usos não prioritários de 25% para 50%. A situação também é crítica em Anápolis (600.000 habitantes) e em Rio Verde (250.000 habitantes), com riscos para o abastecimento público e para a agroindústria;
- SP: informou que o monitoramento do abastecimento dos municípios continua. Há 17 municípios em situação crítica. Em 4 deles (Tietê, Salto, Itu e Franca) há rodízio para o abastecimento público;
- PR: há esquema de rodízio para o abastecimento público na Região Metropolitana de Curitiba e Cascavel.

Os demais estados não relataram problemas nas captações de água.